

## SUMARIO

- I—Apresentação.
- II—Nun Alvares, João Camoegas.
- III—Arte... politica.
- IV—Cartas Ironicas, A. Bustorff.



**eh real!**



- V—Paginas livres: *O Preconceito da Ordem*, Fernando Pessoa.
- VI—As conferencias da Liga, Artur Ribeiro Lopes.
- VII—A arrogancia espéculoza de Palva Couceiro, Sergio Silvio.
- VIII—De Cara..., João C. Simões da Costa.
- IX—Um confronto edificante.
- X—Comentarios.

Preço 2 centavos

N.º 1

N.  
34  
C.

Contexto, editora

shi

O exemplar original do panfleto «Eh real!» que serviu de base à presente edição facsimilada foi gentilmente cedido aos editores pelo seu proprietário Dr. Vilhena de Carvalho a quem aqui renovamos a expressão dos nossos agradecimentos.

O estudo prévio da autoria de Manuel Villaverde Cabral foi composto por Sotexto, lda.; o exemplar original da revista foi fotografado por Selecromo, lda.; a impressão dos 3000 exemplares que constituem a presente edição foi realizada por Safil, lda. e concluída no mês de Fevereiro do ano de 1983.

Copyright, Contexto, editora, lda. 1983  
Apartado 21017 1126 Lisboa Codex



# *Eh real!*

*EDIÇÃO FACSIMILADA*



CONTEXTO EDITORA  
LISBOA



58  
58234

FERNANDO PESSOA  
E O «14 DE MAIO»

*por* MANUEL VILLAVERDE CABRAL

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY

Tem este folheto que ora se reedita em *facsimile* um triplo interesse. Primeiro, dá mais uma indicação — se ainda fosse preciso — da intensa actividade política e cultural do período da Primeira República portuguesa. Pela crítica, pelas armas, foram sem conto aqueles que, no primeiro quartel do século XX, se empenharam e embrenharam numa luta que, embora tenha vindo a degenerar na paz podre do salazarismo, tinha indiscutivelmente por objectivo a transformação e a modernização do país. Por aí se vê, quanto a mim, que o Portugal liberal de então apresentava sinais de vitalidade e de criatividade frequentemente subestimados pelos seus críticos. Alternativamente, tenho já argumentado — e repito — que o objectivo do fascismo à portuguesa era, foi, justamente, o de refrear, reprimir, recalcar, essa vitalidade e essa criatividade, na medida, é certo, em que estas se mostraram incapazes, a seu tempo, de desembocar numa solução viável para o país.

Em segundo lugar, o panfleto tem o mérito de vir chamar a atenção para um episódio relativamente esquecido daquela intensa luta política e cultural. Trata-se da chamada ditadura do general Pimenta de Castro. Muito breve, pois não durou quatro meses; mais virtual do que realizadora — a ditadura de Pimenta de Castro surge no entanto, num exame retrospectivo, como um elo mais na cadeia de sucessivas aproximações autoritárias ao sistema político português, cadeia que desde João Franco até Salazar, passando é claro por Sidónio, fez transitar o país do liberalismo oitocentista para aquilo a que chamei, com intuito simplificador, o fascismo à portuguesa.

Em terceiro lugar, *last but not least*, o folheto vem devolver-nos mais uma vez a uma das matrizes da nossa actual configuração mental. Estou a pensar em Fernando Pessoa e na questão que ele levanta. Por um lado, o panfleto vem confirmar algo que já sabíamos: a intensa paixão política do poeta; mas por outro lado, o texto da sua autoria que aqui figura obriga não só a repensar o alegado pensamento

político de Pessoa, como a repensar também as condições da emergência do poeta enquanto «classe composta por um só indivíduo». Não me sinto particularmente competente neste último terreno, mas sempre diria que, por mim, entendo melhor o fulgor do seu génio se vir nele como que a ponta mais acerada, como que o traço' mais nítido, de uma época assaz fulgurante. Dir-me-ão que estou a resvalar para a tese bolorenta do produto do seu meio. Na verdade, pretendia tão só pô-lo num contexto em que, pelo menos sob um aspecto importante, Pessoa foi como os outros: precisamente, o contexto da paixão política.

Seguidamente me debruçarei, sem excessivas preocupações eruditas, sobre os três pontos levantados. Serei talvez algo críptico porque o espaço é limitado, mas tentarei manter a simetria da exposição.

## 2

Embora a historiografia portuguesa só recentemente tenha des-cerrado os umbrais das bibliotecas e arquivos onde jaz o material relativo ao primeiro quartel do século XX, já foi possível entrever o manancial inesgotável — livros, revistas, panfletos, manifestos, proclamações, folhetos e declarações — que aguarda os interessados. Para já, tal manancial não pode deixar de traduzir, como sugeria acima, um intenso empenhamento cívico que envolveu indivíduos e grupos sem conto na mira de um Portugal diverso. Ainda quando, porventura, esse Portugal diverso surja travestido em Portugal passado, o que ele não surge nunca é como um Portugal idêntico. Toda esta literatura a cavalo entre a sociologia e a estética, a economia e a quimera, a história e a pedagogia, ao colar-se a Portugal e ao remeter invariavelmente para a transformação do país, traduz não só uma politização extrema da vida nacional como uma verdadeira paixão política.

Mas traduz mais. Traduz também uma curiosa e peculiar crença nas virtudes do verbo. Se tivermos presente que, para além da abundância dos escritos, a palavra se prolongava então pela rua fora, em comícios e reuniões, em conciliábulos e conspirações, damo-nos conta de como, ao tomar a palavra, a sociedade portuguesa da época tentava afanosamente trabalhar sobre o seu próprio corpo. Todos ou quase todos diziam, é claro, que era preciso passar das palavras aos actos, mas ninguém ou quase ninguém ficava por isso calado. As

próprias correntes artísticas tendem a constituir-se em movimentos; e as suas proclamações e ultimatatos denotam essa vontade de passar das palavras aos actos, como outras tantas movimentações políticas. Se é óbvio que todo este *palavreado* era reflexo de alguma coisa, mecânica ou organicamente, não é para isso que agora pretendia chamar a vossa atenção, mas sim para o exacto oposto: a palavra puxa a palavra, a palavra espicaça o acto.

Finalmente, esta multiplicação de palavras e actos, este constante reenvio das palavras para os actos e destes para aquelas, em suma, esta inflação de literais *speech-acts*, traduzem uma velocidade na circulação das ideias que o *ralenti* salazarento tornou inimaginável, mas que a nossa recente revolução veio ajudar a conceber retrospectivamente. Nunca, a meu ver, se exagerará o mérito da sociedade liberal portuguesa de então ao comportar tal frenesim. Já de seguida veremos como o feitiço se virou contra o feiticeiro, mas antes é preciso não esquecer de ver uma espécie de correspondência entre a agitação intelectual e a agitação social e política, entre a violência do confronto de ideias e a violência com que, num mercado razoavelmente livre, se enfrentavam também os capitais e os trabalhadores.

Depressa, porém, outra analogia se estabeleceu entre a inflação de papel impresso e a inflação de papel-moeda. Como sucede com esta última, também a super-abundância de palavras e até de actos acabou, inevitavelmente, por desgastá-los e fazer-lhes perder valor na proporção da sua multiplicação. Mais: ainda cedo, antes mesmo da desmesurada inflação do pós-Guerra, esta multiplicação de propostas políticas e culturais começa a albergar algo de repetitivo. Algo mesmo de regressivo. Noutros termos, ao atingir-se o paroxismo de uma busca frustrada e talvez vã, as mil direcções em que à primeira vista se parte são, muitas vezes, reconduzidas a pontos de chegada mais parecidos do que diferentes. A partir de certa altura, há mais sobreposições do que inovações, como se um todo se fosse reconstituindo, subtil e espontaneamente, a partir dos segmentos decompostos. Um todo que não era uma *soma zero*, mas antes um magma nuclear em que se perfila e viabiliza aquela «salvação da pátria» que o 28 de Maio trará. Estas últimas observações servir-me-ão, um pouco à frente, para voltar a Pessoa. Antes disso, situemos o panfleto na conjuntura.

Dizíamos atrás que a palavra espicaçava então o acto. Neste sentido, o panfleto é paradigmático. Segundo sabemos, nenhum dos seus colaboradores terá desempenhado papel activo na revolta que derrubou a precária ditadura de Pimenta de Castro. E no entanto, nalgum texto é perceptível o apelo à revolta, às armas. Assim, o panfleto saído, já tarde, a 13 de Maio de 1915, acabou por fazer parte dos preparativos do golpe que rebentou no dia seguinte. Melhor: é parte do golpe que trouxe de novo ao poder os «democráticos» de Afonso Costa e repôs no poleiro aquilo a que Pessoa expressivamente chamava a «oligarquia das bestas». Ora, não é absolutamente líquido que fosse essa a intenção dos panfletários; por certo, não era a de Pessoa.

O panfleto, afinal, é apenas mais um panfleto como tantos outros. E é nesta medida que vale a pena lê-lo. Para já, é exemplar de uma virulência verbal que se explica tanto melhor quanto é confusa a linha de demarcação entre os contendores. E porque é confusa a linha de fundo, acentua-se a linha de superfície, como foi próprio do período até ao 28 de Maio. Estamos ainda em 1915 e, apesar de o panfleto se demarcar da «demagogia vermelha», não pode alinhar pela «demagogia negra», procurando salvar do confronto algum «democratismo» (as aspas são citações). Por outras palavras, os panfletários — admitindo que houvesse entre eles sintonia perfeita, o que é duvidoso — não querem a República anterior a Pimenta de Castro, mas querem menos ainda o regresso à Monarquia, «porque em si contém todo o mal». Deste modo, como o título do panfleto por ironia o indica: *Eh real!*, Pimenta de Castro é pregado no pelourinho da diatribe e do sarcasmo na medida em que a sua ditadura é vista como franqueando as portas aos monárquicos. Por outras palavras ainda, a ameaça de uns empurra para os braços de outros. Como voltou a suceder com Sidónio e em Monsanto. Daí a confusão e daí a exasperação.

O panfleto conta mesmo entre os seus colaboradores um monárquico conhecido, Ribeiro Lopes. Que República defendida então o panfleto? É difícil dizer. Se é certo que se declara «contra os partidos das direitas», também não se proclama de esquerda nem dá qualquer substância social e económica à sua «doutrina». E se é certo que se declara, curiosamente, «contra o exército», é porque o quer «pouco político», o que não correspondia de modo algum à politização dese-

jada pelo afonsismo e pelos seus j6vens-turcos. Mas tamb6m n6o correspondia 6 contra-politiza76o, para muitos cripto-mon6rquica, que levava ao «movimento das espadas», em Janeiro desse mesmo ano de 1915, o qual levava por seu turno 6 instaura76o, sob a 6gide insuspeita do presidente Arriaga, da moderada ditadura encabe7ada pelo decano do Ex6rcito, o general Pimenta de Castro.

Se 6 dif6cil dizer, portanto, que Rep6blica se defende no panfleto, j6 6 mais f6cil ver que Monarquia se combate. O inimigo 6, antes de mais, a neo-monarquia, isto 6, o rec6m criado movimento, tamb6m ele aliteratado, do Integralismo Lusitano. 6 de notar o impacto que os Integralistas tiveram desde o in6cio. O artiguinho de Ribeiro Lopes, o mon6rquico constitucional, destina-se exclusivamente a ridicularizar, 6 maneira peculiar da 6poca, as confer6ncias que os Integralistas tinham acabado de dar na aristocr6tica Liga Naval: Sardinha havia come7ado a s6rie em 7 de Abril e a 11 de Maio Xavier Cordeiro fizera a 6ltima, pois a queda de Pimenta de Castro obrigou a suspender-las. Tamb6m o texto de Pessoa — «O preconceito da ordem», publicado ali6s como «p6gina livre» — arranca como cr6tica 6s «teses dos neo-mon6rquicos».

Mas qual o porqu6 desta imediata import6ncia do Integralismo? Logo de entrada, na «Apresenta76o», os nossos panflet6rios fornecem, quanto a mim, a melhor pista ao identificarem-se como «uma d6zia de Portugueses de lei, que n6o fomos buscar 6 obra do sr. Charles Maurras a inspira76o do nosso nacionalismo». Com efeito, desde este panfleto — que ter6 sido, porventura, das primeiras manifesta76es anti-integralistas — at6 6 tetralogia de Carlos Ferr6o, sem esquecer Ra6l Proen7a, muita da pol6mica contra o Integralismo foi sustentada do ponto de vista de um nacionalismo «de lei», tentando demonstrar que o nacionalismo dos integralistas era «de importa76o». Tamb6m Pessoa andou 6s vezes por a6. Quanto a n6s, de balde.

Por motivos que agora n6o 6 poss6vel elucidar, o Integralismo foi capaz de estruturar, catalizar e, por fim, quase monopolizar os sentimentos pol6ticos nacionalistas, sem exceptuar os de muit6ssimos republicanos. Como para Maurras, tamb6m para os Integralistas a Ditadura contra-revolucion6ria era bem mais importante do que qualquer restaura76o mon6rquica. Foi assim que a sua ac76o e a sua influ6ncia se prolongaram, atrav6s do magma nuclear do nacionalismo autorit6rio, por todo o espectro pol6tico da 6poca. Come7aram no tempo de Sid6nio, redigindo o projecto de constitui76o presidencial; mais tarde, o pr6prio Pessoa assinalava com justeza que «a tese do Prof. Salazar 6 um apanhado, ali6s muito l6cido e l6gico de princ6-

pios políticos já conhecidos — os da chamada “contra-revolução”, ou seja os que distinguem e definem as doutrinas dos chamados “integralistas”». Assim pôde o Integralismo — apesar de ser, conforme diz Pessoa, «uma improgessividade chapada... inconsistente e contraditória consigo própria» — funcionar como o abismo que atraíu todos os nacionalistas. Daí também o fervor irritadiço com que era combatido — tão mal! — pelos nacionalistas republicanos.

Resta averiguar se os panfletários do *Eh real!* avaliaram bem o significado dessa efêmera ditadura que ajudaram a derrubar. Dos colaboradores do panfleto, apenas o director — o então estudante de medicina João Camoesas — fez carreira política e, pelas posições de esquerda que defendeu posteriormente, tudo leva a crer que não se terá arrependido da machadadazinha verbal que deu na «afrontosa ditadura», embora o regozijo com o regresso do afonsismo deva ter sido de pouca dura... Quanto a Ribeiro Lopes e ao advogado Bustorff Silva — sim, também este foi tocado pela paixão política — acomodaram-se bem com o Estado Novo e, retrospectivamente, devem ter remetido esta sua intervenção para o rol dos pecados de juventude. Quanto a Pessoa, já lá iremos.

Ao tempo, poucos foram os que teorizaram a experiência pimentista. O próprio Arriaga, no seu relatório de 1916, procura descolar-se da ditadura e — sobretudo, sobretudo — da inoportuna amnistia aos monárquicos que, sem dúvida, apressou a queda de Pimenta de Castro. Na verdade, só Machado Santos, o infatigável *comploteur* a quem haviam roubado a revolução de 5 de Outubro, tentou dar ao pimentismo um «sentido nacional» que transcendesse a mera guerrilha conjuntural contra o afonsismo. Sózinho ou mal acompanhado, Machado Santos não foi capaz de emprestar à experiência o sentido ambicionado, acabando por queixar-se da pusilanimidade do efêmero *establishment* ditatorial. Acompanhou o ditador deposto no seu primeiro exílio açoriano e lá compôs uma brochura que, se outro interesse não tivesse, veio dar à experiência de Pimenta de Castro o estatuto retrospectivo de transição para um futuro sidonista. Combatente e pensador do autoritarismo português, Machado Santos oferecia ao país, em anexo à brochura, um «Projecto de Estatuto Nacional» que representa, efectivamente, um gigantesco passo teórico no sentido de ultrapassar o liberalismo parlamentar e que antecipa muitos dos traços do populismo plebiscitário de Sidónio.

Quanto a Pessoa, apesar de ter o radicalismo de Basílio Teles e Machado Santos na conta de simétrico do de Afonso Costa, todas as nótulas políticas posteriores ao panfleto *Eh real!*, e que confiou à sua arca sem fundo, mostram que muito depressa se convenceu de que Pimenta de Castro fôra «um dos melhores ditadores da nossa história» e que o 14 de Maio fôra «a mais anti-nacional das revoluções portuguesas». Mais tarde, ao reflectir sobre «o sentido do sidonismo», Pessoa terá sido dos primeiros a ver uma linha de continuidade, ou de busca comum, entre João Franco, Pimenta de Castro, Sidónio Pais e... Oliveira Salazar.

Arrependeu-se, então, de ter participado neste panfleto contra a «afrontosa ditadura» e contra «o preconceito da ordem»? Não o creio — e por variadas razões. Em primeiro lugar, julgo inadequada a versão que propende a apresentar Fernando Pessoa como um pensador político acabado, sempre igual a *si mesmo* — qual Minerva brotando armada da frente de Júpiter — e coerente para aquém e além de toda a conjuntura. Com efeito, não creio sequer que haja em Pessoa verdadeira sociologia e verdadeira ciência política. Uma paixão não equivale a uma ciência. Bem ao invés — e como ele próprio pretendeu teorizar —, essa paixão é sentimental ou, como preferem certos comentadores, mística. Com efeito, se as suas meditações sobre a esfera política contêm certo número de temas recorrentes — outros tantos *leit motive* — e traem o eco das doutrinas da época — o elitismo mais radical —, isso não faz de tais meditações uma teoria que possamos, ou devamos, encarar como tal.

Por outro lado, convém situar esta intervenção panfletária na conjuntura pessoana. Em Maio de 1915, o poeta atravessava, porventura, o auge da sua intervenção pública. O panfleto surge, precisamente, entre a publicação dos dois números do *Orpheu* e segue-se, imediatamente, a uma baldada tentativa de intervenção jornalística regular. Só que as suas «Crónicas da vida que passa», inseridas n' *O Jornal de Boavida Portugal*, frustraram-se precisamente pela inoportunidade política das suas meditações paradoxais e provocatórias. Na última dessas crónicas — em Abril — Pessoa ridicularizava a formação de certo grémio monárquico, comparando-o a uma associação de defesa de maus *chauffeurs*; com tanto azar, que os verdadeiros *chauffeurs* da praça de Lisboa obrigaram o director d' *O Jornal* a suspender a colaboração de Pessoa...

Em Janeiro desse mesmo ano, havia ele escrito a Côrtes Rodrigues: «A minha atitude para com o público é a de um palhaço». É certo que se dizia, logo a seguir, «afastado de achar graça a esse género de atitude». A verdade, porém, é que no mês de Julho Pessoa voltaria a meter-se em sarilhos, entrando mesmo em conflito com os companheiros do *Orpheu*, ao felicitar-se com o acidente que ia custando a vida a Afonso Costa: «Seria de mau gosto repudiar ligações com o futurismo numa hora tão deliciosamente mecânica em que a própria Providência Divina se serve dos carros eléctricos para os seus altos ensinamentos», escrevia ele em carta que ultrajou os jornalistas e os leitores d'*A Capital*. A encerrar o episódio, Pessoa parece não ter tido pejo em atirar o assunto para trás das costas, insinuando que talvez estivesse bêbado quando escrevera a desafortada epístola...

Note-se bem: não estou a dizer que não se deve levar *a sério* o que o poeta escrevia então. O que pretendo vincar é que não se pode levá-lo *à letra*. Aliás, quem pretenda reivindicar-se do textozinho d'«O Preconceito da Ordem» para demonstrar que Pessoa nada tinha a ver com o autoritarismo que se abateu sobre o país, como tentaram fazer alguns autores, teria então de subscrever também a parte final da argumentação do poeta: «Se os argumentos que acima expus não bastaram para insinuar esta conclusão no ânimo do leitor, ele pode verificar de todo a hipótese, reportando-se às condições sociais em que nasceu a moderna preocupação da ordem e à espécie de cérebro onde ela surgiu definitivamente... O seu criador filosófico, o infeliz chamado Auguste Comte, toda a vida sofreu de alienação mental». Por outras palavras, assim como Fernando Pessoa não era tolo e Comte não era propriamente doido, não deixemos também que o poeta nos tome a nós por tolos.

Quanto a mim, o sentido do texto não é nem deixa de ser oculto. O que ele não reside é na sua letra, mas na sua forma. Dito de outro modo, não é só com os Integralistas que Pessoa estava a mangar, era também com os seus colegas do *Eh real!* e com todos os que pensarem que Comte era mesmo maluco. Aliás, poderia fornecer-vos mil e uma provas de como, em conjunturas diversas, também Pessoa se armou em arauto da ordem. E se o espaço não faltasse já, também vos mostraria como Pessoa tinha muito mais em comum com os Integralistas do que este e outros textos dão a entender à primeira vista. Uma coisa — mística, ao que dizem — tinha decerto em comum com eles: o nacionalismo de raiz. Nada o demonstra melhor do que o facto de Pessoa não ter hesitado em tomar de empréstimo aos maurrasianos a inquietante noção do *inimigo do interior*.

Toda a abundância de pensamentos políticos avulsos do poeta serve afinal para mostrar que não só ele não tinha, nem provavelmente pretendia ter, uma teoria política original e coerente, como ainda que a sua paixão política era antes de mais o prolongamento — ao sabor das conjunturas — de uma outra paixão: um ulcerado sentimento nacional. Também este sentimento lhe não era exclusivo: vinha afligindo a *intelligentsia* portuguesa desde o tempo em fôra formulada a tese da decadência pátria. Talvez que em Pessoa esse sentimento só fosse mais exacerbado pelo facto de ele, melhor do que outros, se dar conta da inferioridade do país quando aferida pelos altos padrões da civilização britânica. Assim se entende que acabasse por defender o paladino monárquico Paiva Couceiro — vilipendiado pouco antes no panfleto *Eh real!* — contra esses «espanhóis do interior» que eram, para Pessoa, os republicanos da «oligarquia das bestas». Mas não será no trocar-nos constantemente as voltas que reside, também, algum do sentido dos heterónimos?

Julho de 1982